

Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria

Heverton Dias Viana

TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO TERCEIRO SETOR

Belo Horizonte
2015

Heverton Dias Viana

TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO TERCEIRO SETOR

Trabalho apresentado ao curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientador: Vicente de Paulo Alves de Oliveira

Área: Contabilidade Governamental e Terceiro Setor

**Belo Horizonte
2015**

Heverton Dias Viana

TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABIL NO TERCEIRO SETOR

Trabalho apresentado ao curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I.

Prof°. Vicente de Paulo Alves de Oliveira

Prof°. (Banca examinadora)

Prof°. (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 17 de Junho de 2015.

RESUMO

Esse projeto tem como objetivo identificar a importância das informações contábeis para as entidades do terceiro setor, destacando a importância para a economia brasileira buscando atender aos seus diversos usuários. O método empregado foi o estudo de caso da empresa Sociedade Mineira de Cultura, analisando as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, apresentando a relevância da transparência das informações contábil para manutenção da imunidade tributária. Os resultados obtidos indicam que a SMC tem sido efetiva na aplicação das normas legais, como a não distribuição do Lucro, mantendo escrituração contábil, distribuição de bolsas de estudos além de projetos sociais causam impactos na qualidade de vida da sociedade. Além disso, credencia a empresa perante seus parceiros, públicos e privados, que promovem relações através de convênios e subvenções.

Palavras-chaves: Demonstrações Contábeis, Terceiro Setor, Transparência.

ABSTRACT

This project aims to identify what is the importance of financial information for third sector entities, highlighting the importance for the Brazilian economy seeking to meet its various users. The method used was the case study of the Mining Society of Culture company, analyzing the Financial Statements and Notes, showing the relevance of the illustrated by the accounting information to maintain the tax exemption. The results indicate that the SMC has been effective in the application of legal rules, such as no distribution of income, keeping bookkeeping, distribution of scholarships as well as social projects cause impacts the quality of life of society. Furthermore, accredits the company before its partners, public and private, that promote relations through agreements and grants.

Keywords: Financial Statements, Third Sector, Transparency.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Alunos Matriculados.....	29
TABELA 2 - Atividades filantrópicas em 2014.....	30
TABELA 3 - Convênios.....	31
TABELA 4 – Resumo dos Convênios.....	32
TABELA 5 – Receita Diferida.....	32
TABELA 6 – Demonstração do Resultado.....	33
TABELA 7 – Gratuidades 2014.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
1.1 Contextualização do Tema	07
1.2 Problema.....	10
1.3 Objetivos.....	10
1.3.1 Objetivo específico.....	11
1.4 Justificativa.....	11
1.5 Organização do estudo.....	11
2 DESENVOLVIMENTO.....	13
2.1 Importância das Entidades do Terceiro Setor para a Economia Brasileira	13
<i>2.1.1 Visibilidade.....</i>	13
<i>2.1.2 Responsabilidade Social.....</i>	13
<i>2.1.3 Governo vs Terceiro Setor.....</i>	14
<i>2.1.4 Ambiente Socioeconômico.....</i>	15
2.2 Tipos de Entidades do Terceiro Setor.....	16
<i>2.2.1 Entidade Beneficente de Assistência Social.....</i>	16
<i>2.2.2 Entidade Sem Fins Lucrativos.....</i>	16
<i>2.2.3 Organizações não governamentais (ONG).....</i>	16
2.3 Instituições de Ensino Superior (IES).....	18
2.4 Normas de Contabilidade para o Terceiro Setor.....	19
<i>2.4.1 ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.....</i>	19
<i>2.4.1.1 Reconhecimento das Receitas e das Despesas e Registros Contábeis.....</i>	19
<i>2.4.1.2 Demonstrações Contábeis.....</i>	20
2.5 Princípios de Contabilidade.....	21
2.6 Exigências de Divulgação dos Demonstrativos Financeiros.....	22
2.7 Pesquisas Anteriores.....	23
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Quanto aos objetivos.....	26
3.2 Quanto aos procedimentos.....	26
3.3 Quanto à abordagem do problema.....	27
3.4 Estudo de caso e coleta de dados.....	28
3.5 Técnica de análise de dados.....	28
4 ESTUDO DE CASO	30
5 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do tema

Uma das necessidades básicas da sociedade dentre outras é o acesso à educação. Tal elemento é constitucionalmente assegurado a cada cidadão. O responsável por administrar e distribuir este recurso, indispensável para o crescimento e desenvolvimento social, é o governo. Historicamente o estado é ineficiente nestes casos, e é neste cenário que surgem as entidades sem finalidades de lucros, em específico na área de educação voltada para de ensino superior.

Nasce então à parceria entre governo e entidades sem fins lucrativos, que nada mais é do que uma transferência de responsabilidade, ou seja, o governo repassa para o terceiro setor a incumbência de promover a melhoria, uma vez que, o próprio sistema público não atende à demanda.

Paula, Brasil e Mário (2009), concordam que existe uma deficiência no setor publico, levando assim ao aumento da atuação das entidades beneficentes e filantrópicas em diversas aéreas da sociedade, nas quais eram de responsabilidade do governo.

Tal parceria torna se indispensável para a continuidade destas entidades uma vez que, o lucro não é o objetivo, porem é necessária à manutenção do patrimônio e a continuidade, logo, os seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores e outros não poderão receber qualquer remuneração por qualquer forma ou título.

Nem todas as entidades do terceiro setor se caracterizam como voluntarias, uma vez que suas atividades são desenvolvidas por funcionários remunerados decorrente da prestação de serviço. Diante disto a sobrevivência das Instituições de Ensino Superior Filantrópica Beneficente, se dá pelas mensalidades provenientes da prestação de serviço e subvenções e convênios com a iniciativa privada, como órgãos governamentais. Por isso estas entidades além de promover o bem social, tem grande influência na economia Brasileira gerando emprego e consequentemente renda.

Adiciona - se a características das entidades do terceiro setor o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência social, dado pelo Ministério da Educação, que de acordo com Lima e Pereira (2011), definem - se como instituições que aplicam

anualmente, em gratuidade, aproximadamente 20% (vinte por cento) da sua receita bruta, provocando desta forma mudanças na sociedade.

Em contrapartida, estas entidades estão obrigadas a prestar contas a determinados órgãos, visando um acesso às informações por todos, caso queiram realizar alguma consulta.

A busca por recursos torna se necessária para estas entidades, não somente o governo, estados e municípios promovem parcerias como também outras empresas privadas, que de acordo com José Roberto e José Matias (2012), voluntariamente ou por incentivo tributário, repassam recursos financeiros para estas entidades com a intenção de incentivar projetos sociais, tornado assim uma fonte de captação de recursos das entidades sem fins lucrativos, que visa como qualquer outra empresa a continuidade.

Esta parceria entre entidades sem finalidade de lucro, empresas privadas e governo, é indispensável para a sobrevivência destas instituições filantrópicas.

Pensando nisto, e na credibilidade junto aos seus financiadores, torna se indispensável um controle interno para os recursos financeiros recebidos pela instituição, a fim de transparecer a efetiva utilização dos recursos para os quais foram solicitados.

Para Lopes, Andrade e Ouros (2012) diante da dependência das instituições em conquistar financiadores para a sua atividade, a maneira mais viável de evitar erros, fraudes e a eficaz aplicação dos recursos, é a implantação de controles internos, ou seja, quanto mais confiáveis as informações nas prestações de contas e relatórios das atividades, mais credibilidade ela terá com seus parceiros.

Uma das ferramentas utilizadas pelos financiadores destas entidades são as demonstrações contábeis.

Brasil e Brasil (2002) concordam que é necessário acompanhamento da saúde da empresa, pois sua sobrevivência interessa a todos os seus parceiros.

Para isto as entidades precisam atender às exigências estabelecidas por leis e normas. É neste sentido que a transparência da informação contábil torna se uma fundamental, disponibilizando dados que direcionem os usuários a uma real posição econômico – financeira e a aplicação dos recursos disponibilizados.

Segundo Ebsen e Laffin (2004), a contabilidade nestas entidades é de fundamental importância para os usuários, além da manutenção do patrimônio, tornando se um facilitador para a comunicação dos dados, contribuindo assim, para

a tomada de decisão. É indispensável um profissional contábil para evidenciação das informações.

As demonstrações contábeis, obrigatórias à entidade sem finalidade de lucros, são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do(s) Fluxo(s) de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

O Balanço Patrimonial irá demonstrar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, ou seja, uma posição estática. Como nas demais empresas o Balanço Patrimonial está dividido em 3 (três) grandes grupos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, com apenas algumas diferenças. De acordo com a ITG 2002 a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social e as contas de Lucro ou prejuízo Acumulado por Superávit e Déficit.

No Ativo deverão ser registradas todos os bens e direitos que gerem benefício econômico futuro. Já no Passivo deverão ser registrados as exigibilidades e obrigações. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo, sendo o valor líquido da empresa.

Através desta demonstração os financiadores e ou parceiros destas entidades poderão avaliar se possuem a capacidade de honrar seus compromissos, e se o recurso disponibilizado está sendo utilizado para a manutenção da atividade.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem por finalidade apresentar as receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o Déficit ou Superávit do exercício. Nesta demonstração, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas.

Para os financiadores e os parceiros esta demonstração aponta a capacidade operacional da entidade, e identifica onde os recursos estão sendo aplicados.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como o próprio nome já diz, evidencia a mutação do patrimônio líquido de uma forma geral, ou seja, ela apresenta detalhadamente as movimentações nas contas apontando a origem de cada diminuição e acréscimo do PL.

Na Demonstração do Fluxo de Caixa, o objetivo é mostrar as movimentações ocorridas de disponibilidades, sendo dividida em três grupos: Operacional, Investimento e Financiamento. Esta demonstração pode ser elaborada por dois métodos, o direto e o indireto.

Por esta demonstração os financiadores poderão avaliar a capacidade da instituição de gerar caixa e equivalente de caixa, bem como honrar seus compromissos.

As demonstrações contábeis devem ser acompanhadas das notas explicativas nas quais descrevam as políticas adotadas, a imunidade ou isenção, subvenções recebidas, seguros contratados e outros.

Toda e qualquer informação é útil para alguém ou para alguma coisa em determinado momento, e é para isto que a informação será utilizada, para tomada de decisão. O usuário da informação tem o direito de saber a real situação da empresa, logo é indispensável a observação dos critérios estabelecidos por leis e normas para a evidenciação desses dados, afirmando assim que a transparência nas informações deve ser a principal aliada da entidade.

É evidente que o patrimônio destas empresas seja bem observado e cuidadosamente elaborado, pois as Demonstrações Financeiras servirão de base para usuários internos (administradores, diretores e etc.), e usuários externos (governo, fornecedores, bancos e etc.).

Com base nisto serão analisadas as Demonstrações financeiras de uma Associação privada de Ensino Superior, reconhecida como uma entidade filantrópica beneficente de assistência social, e dos demonstrativos para os usuários internos e externos.

1.2 Problema

Diante do tema proposto, pergunta-se: Qual a importância das informações contábeis para as entidades do terceiro setor?

1.3 Objetivos:

Identificar qual a importância das informações contábeis para as entidades do terceiro setor.

1.3.1 Objetivos Específicos

- Destacar a importância das entidades do terceiro setor para a economia brasileira;
- Apontar quais as normas contábeis aplicadas ao terceiro setor;
- Identificar como a transparência da informação contábil é relevante para os usuários internos e externos.

1.4 Justificativa

As entidades do terceiro setor tem um papel fundamental na sociedade. A qualidade de vida social depende do suprimento das suas necessidades básicas no qual podemos destacar a educação. O governo é incapaz de atender de forma eficiente a estas necessidades, com isso, ele repassa às entidades sem fins lucrativos a responsabilidade de distribuição destes elementos.

Em resposta a esta transferência, as entidades do terceiro setor estão legalmente obrigadas a prestações de contas e isso inclui os Demonstrativos contábeis.

Os procedimentos, elaboração e divulgação das informações financeiras das entidades do terceiro setor, são de extrema importância como de qualquer outra entidade no mercado, pois será através destas que o governo e outras instituições disponibilizarão recursos que possibilitem à continuidade dessas entidades.

Não somente para os usuários externos, mas principalmente os usuários internos, estas informações são importantíssimas para detectar problemas financeiros, nos custos e outros que venham a provocar algum impacto no patrimônio, possibilitando a tomada de decisões.

Sendo assim tomaremos como base as demonstrações financeiras de uma instituição de ensino filantrópica beneficente de assistência social de ensino.

1.5 Organização de Estudo

Este trabalho será apresentado em 5 (cinco) etapas, contendo no capítulo 1 a Introdução, onde ocorre a contextualização do tema abordado; o problema, que por

sua vez será respondido com base nos objetivos do trabalho que subdividem se em geral e específicos. Para concluir, apresentaremos a justificativa do projeto.

Em seguida no capítulo 2 (dois), será apresentado o desenvolvimento do trabalho que corresponde ao conteúdo do que se propõe no item anterior.

No Capítulo 3 (três) será abordado qual a metodologia usada no trabalho.

No Capítulo 4 (quatro) será realizado a análise das informações, seguido da opinião sobre todo o trabalho desenvolvido.

Em seguida todas as Referencias serão disponibilizadas para afirmação do trabalho em questão. Nos Anexos e Apêndices serão apresentados quadros com demonstrações financeiras que são a base para as análises.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Importância das Entidades do Terceiro Setor para a Economia Brasileira

Para entendermos a importância do Terceiro Setor para a economia devemos entender o seu surgimento e algumas definições sobre este importante setor.

O Primeiro setor chamado, de Setor Público, é o próprio Governo, que utiliza dinheiro público para fins públicos. O segundo setor são as empresas privadas que utilizam dinheiro privado para fins privados. Por fim chegamos ao Terceiro setor ou Terceira Via, que utiliza dinheiro privado para fins públicos, o que não impede de receber dinheiro público por parceria ou convênios para financiar sua atividade.

2.1.1 Visibilidade

Ao longo dos anos o Terceiro Setor tem ganhado grande visibilidade, especificamente a partir dos anos 90 este movimento econômico tem despertado a atenção do Governo e das empresas.

Para Ficher (2005), diz que:

Desde meados da década de 1990, constata-se no Brasil o crescimento da atuação social de empresas e da formação de alianças entre elas e organizações da sociedade civil. A visibilidade propiciada pela mídia e a atuação de entidades que disseminam o conceito da Responsabilidade Social têm estimulado essa tendência, que parece orientar-se no sentido de fortalecer a participação da sociedade civil organizada. (FICHER, 2005, p. 7)

Madeira e Biancardi (2003) também concordam que a visibilidade do Terceiro Setor se dá a partir dos anos 90, no qual tem destacada sua influencia no crescimento socioeconômico ao lado do Estado e do setor privado.

2.1.2 Responsabilidade Social

Um grande ponto que podemos perceber aqui e que também tem contribuído para o crescimento do terceiro setor ao longo dos anos é a conscientização por parte do governo e das empresas privadas quanto a responsabilidade social.

De acordo com REIS (2007), diz que:

A responsabilidade social das empresas vem sendo questionada e impõe novos desafios gerenciais aos negócios, trazendo a emergência de medidas de enfrentamento para os problemas sociais, pois já não é mais possível conviver com o paradoxo de importantes inovações tecnológicas, de um lado, e a degradação da vida humana, de outro. A responsabilidade social das empresas no Brasil ainda é um desafio, uma vez que as ações de filantropia não têm contribuído efetivamente para a melhoria das condições de vida da sociedade e para a transformação da realidade social vigente. Este texto desenvolve uma problematização dessa questão, tendo como foco um conjunto de empresas brasileiras. (Reis, 2007, p.5)

Silva (2010), também enfatiza que o crescimento do Terceiro Setor se deu na década de 90 impulsionado e apoiado pelo conceito de responsabilidade fiscal.

2.1.3 Governo vs Terceiro Setor

Conforme visto anteriormente o Terceiro Setor criou força a partir do momento em que o estado não atendia as principais necessidades básicas da sociedade, tais como saúde, educação e segurança, o que forçou a própria sociedade a buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida.

De acordo com Silveira e Borba (2010), dizem que:

(...) a própria sociedade tem buscado prover suas necessidades e melhorar as condições de qualidade de vida, através da organização de entidades sem fins lucrativos que executam atividades específicas, priorizando as atividades sociais e complementando a ação dos governos, criando o chamado Terceiro Setor, alternativa ao Estado (Primeiro Setor) e ao Mercado (Segundo Setor) (Silveira e Borba, 2010, p.45).

Um dos caminhos foram as entidades do terceiro setor. O governo repassou a responsabilidade para estas entidades, com incentivo da isenção de impostos e contribuições, para que estas entidades atuassem na sociedade promovendo o bem social contribuindo assim para o desenvolvimento humano.

Segundo Lima e Pereira (2011),

Constata-se, pois, que, do ponto de vista do governo, a isenção das filantrópicas não se caracteriza como um benefício concedido sem contrapartida, mas, sim, como uma transferência de valores entre o governo e a iniciativa privada. Ao conceder isenções, o governo renuncia à entrada de novos recursos aos cofres públicos, esperando, em troca, que as instituições beneficiadas prestem serviços gratuitos à população carente. Por outro lado, do ponto de vista das instituições filantrópicas, as isenções se constituem em benefícios, enquanto a prestação de serviços gratuitos

representa um ônus. Desse modo, fica claro que, se para um lado a conta for positiva, para o outro ela será negativa. (Lima e Pereira, 2011, p.27).

O desenvolvimento humano é medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), diz que:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (PNUD, 2014).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de desenvolvimento Humano Municipais (IDHM) do Brasil cresceu aproximadamente 47,5% entre 1991 e 2010.

O que podemos perceber neste ponto é que o Índice de desenvolvimento Humano vem aumentando desde a década de 90, e é justamente nesta época que as instituições do Terceiro Setor vêm se destacando, o que nos leva a entender o grande papel desta entidade para a sociedade brasileira.

2.1.4 Ambiente Socioeconômico

Segundo Madeira e Biancardi (2003),

Apesar do consenso em torno da relevância do Terceiro Setor no desenvolvimento social, são crescentes os desafios enfrentados pelos três setores para garantir a eficiência esperada neste novo arranjo. Estes desafios se traduzem por necessidades de redefinição de suas funções tradicionais, novos formatos de organização interna, adequação de conformações jurídicas, melhorias na capacitação de recursos humanos e na gestão institucional, em busca da eficiência, transparência, avaliação e qualidade de resultados e reconhecimento e legitimidade junto à sociedade. (Madeira e Biancardi, 2003, p.31).

De acordo com Garbin (2002), o número de trabalhadores remunerados do terceiro setor cresceu 44,38% entre 1991 e 1995, saltando de 775,3 mil para 1,12 milhões. Ele cita ainda que o número de pessoas ocupadas no Terceiro Setor

ultrapassou o índice de emprego no setor de serviços, que cresceu 30,9% passando de 10 milhões em 1991 para 13,1 milhões em 1995”.

Para Chemello (2002) os maiores crescimentos foram no número de empregados em associações profissionais (94,57%), no setor de recreação e cultura (92,99%) e na assistência social (69,67%). No apontamento que Garbin (2002) faz, o aumento de investimento das empresas brasileiras vai gerar um crescimento da demanda da mão de obra para atuar no terceiro setor.

Na região sudeste, por exemplo, a mais rica do país, dois terços das organizações transferem dinheiro para estes fins, que representa 0,6% do PIB. No Brasil inteiro são 59%, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O Terceiro setor tem grande influencia no crescimento da economia não somente Brasileira, mas também mundial.

De acordo com Passanesi e outros (2010), O Terceiro Setor enquadra se como uma das maiores economias do mundo, sendo a oitava movimentando mais de US\$ 1 trilhão de por ano, o que corresponde a aproximadamente 8% do PIB do planeta.

Já no Brasil segundo Passanesi e outros (2010) o Terceiro Setor representa uma movimentação de R\$ 10,9 bilhões de anuais (cerca de 1% do PIB), sendo deste R\$ 1 bilhão em doações. Reúne mais de 300 mil ONGs, além de outras entidades como fundações, institutos etc., chegando a empregar cerca de 1,2 milhões de pessoas tendo mais de 20 milhões de voluntários. Com estes números o Brasil é o quinto do mundo em voluntários.

2.2 Tipos de Entidades do Terceiro Setor

O Terceiro Setor surgiu do fato das empresas que o constituem englobarem atividades diversas nas quais os órgãos governamentais e outras entidades privadas, não conseguem suprir.

São organizações que não tem características de apropriação privada de lucros, prestam um serviço público e que sobrevive basicamente da transferência de recursos de terceiros, governo ou empresas privadas.

De acordo com informações do Boletim IOB (2014),

O terceiro setor é composto basicamente pelas seguintes entidades:

- a) Entidades beneficentes
 - b) Entidades sem fins lucrativos; e
- Organizações não governamentais (ONGs) (IOB, 2014, p. 4).

Para Lopes (2004), a forma como vem se configurando o Terceiro Setor, no Brasil, indica a presença de agentes políticos, culturais, econômicos e sociais, com ações nem sempre convergentes para a criação de modelos dinâmicos de organização.

2.2.1 Entidade Beneficente de Assistência Social

De acordo com o Artigo 1º da Lei 12.101 de 2009,

Art. 1º A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. (BRASIL, 2009.).

2.2.2 Entidade Sem Fins Lucrativos

A Norma Brasileira de Contabilidade ITG (2002), diz que:

2. A entidade sem finalidade de lucros é aquela em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo, resultado proveniente da confrontação das receitas com as despesas, é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit.

3. Essa entidade é constituída sob a forma de fundação de direito privado, associação, organização religiosa, partido político e entidade sindical.

4. A entidade sem finalidade de lucros exerce atividades de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária. (CFC, 2002, p.1).

2.2.3 Organizações não governamentais (ONG)

O COSIF define as Organizações não governamentais da seguinte forma,

As ONGs são associações ditas sem fins lucrativos e de interesse público, que, depois da infinidade de irregularidades encontradas agora são

regulamentadas por lei federal com denominação de Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de interesse público (OSCIP). (COSIF, 2014).

2.3 Instituições de Ensino Superior (IES)

Como mencionado anteriormente, as entidades do terceiro setor exercem diversas atividades das quais destaca - se a educação.

De acordo com Lima e Pereira (2004), dia que:

Atualmente, no Brasil o ensino superior é oferecido através de: instituições públicas, que são administradas pelos governos; instituições privadas com fins lucrativos, que, igualmente às demais empresas, estão obrigadas a recolher impostos e contribuições; instituições privadas sem fins lucrativos, as quais, se cumprirem os requisitos legais, são imunes aos impostos federais, estaduais, municipais e distritais. Nessa última categoria, observa-se a existência de dois tipos de instituições: aquelas que gozam da referida imunidade constitucional, sem que lhes sejam exigidas qualquer contrapartida de prestação de serviços ao Estado, mas estão obrigadas ao recolhimento das contribuições sociais; e aquelas que, além dessa imunidade constitucional, são isentas do recolhimento das contribuições para a seguridade social, por possuírem o "certificado de entidade beneficente e de assistência social" fornecido pelo CNAS, obrigando-se a prestar serviços gratuitos à comunidade. Essas entidades são conhecidas como "filantrópicas". (Lima e Pereira, 2004, p. 25.)

Para Lima e Pereira (2004), o governo tem apostado suas fichas para incentivar o acesso ao ensino superior, o que tem provocado o crescimento destas instituições, principalmente as pertencentes ao terceiro setor. Mencionam que em 2008, de acordo com dados do Ministério de Educação, chegou se ao número de 2.483 Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2014 o numero de IES de acordo com o site do MEC o numero chega a 2.643, sendo 1.494 Instituições sem finalidades de lucro, federais, estaduais e municipais em todo brasil.

De acordo com Lima e Pereira (2011) as Instituições de Ensino Superiores Filantrópicas - IESFB surgiram para auxiliar o Estado, em seu fim institucional.

Essas instituições, além da imunidade estabelecida na Constituição Federal, gozam também dos benefícios estabelecidos no art. 55 da Lei Orgânica da Seguridade Social nº 8.212, de 24 de julho de 1991. O § 7º do inciso III do art. 195 da CF/88 estabelece que: "São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas.

2.4 Normas de Contabilidade para o Terceiro Setor

De acordo com IOB (2014) as entidades mencionadas no tópico 2.2, por não terem fins lucrativos, devem observar a resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, além dos Princípios de Contabilidade e também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IRFS), quando for cabível.

2.4.1 ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros

A Resolução CFC nº 1.409/12 aprova a ITG 2002 e revoga as Resoluções CFC n.º 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, publicadas no D.O.U., Seção I, de 2/3/99, 2/3/99, 25/8/99, 20/4/00, 3/1/02 e 4/6/03, respectivamente.

O objetivo desta resolução é de estabelecer um padrão para os procedimentos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais como também a elaboração das demonstrações e divulgação das mesmas.

2.4.1.1 Reconhecimento das Receitas e das Despesas e Registros Contábeis

De acordo com a NBC T ITG 2002, quanto ao reconhecimento das receitas e despesas, diz que:

9. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência.
10. As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. (CFC, 2002, p.2).

Segundo a NBCT ITG 2002 o reconhecimento deve ser feito pelo valor justo da prestação de serviço como se o desembolso financeiro houvesse ocorrido.

Quanto aos registros contábeis a NBCT ITG (2002), diz que:

11. Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada,

identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.

12. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento, bem como de isenção e incentivo fiscal registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.

13. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. (CFC, 2002, p.2).

Outro ponto que destaca se nesta NBCT ITG 2002 é a Provisão para perdas, onde diz que:

15. A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados. (CFC, 2002, p.2).

Enquanto nas demais empresas com finalidade de lucros o resultado do exercício denomina - se Lucro ou prejuízo, nas entidades sem fins lucrativos o resultado do exercício é denominado de Superávit ou Déficit, que de acordo com a NBCT ITG (2002), diz que:

16. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. (CFC, 2002, p.3).

Outro fator a se destacar é o Valor recuperável de ativos e custo atribuído que a NBCT ITG (2002), diz que:

21. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000 que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

22. Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRS full), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG 10. (CFC, 2002, p.3).

2.4.1.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são de grande utilidade para o governo e para as demais empresas privadas, pois através das demonstrações contábeis disponibilizadas pelas entidades sem fins lucrativos serão analisadas a aplicação dos recursos captados.

De acordo com a NBCT ITG (2002), diz que:

23. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

24. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido; e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit. Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período.

25. Na demonstração do resultado, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

26. Na demonstração dos fluxos de caixa, as doações dos associados devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais. (CFC, 2002, p.3).

2.5 Princípios de Contabilidade

De acordo com a Resolução CFC n.º 750/93 alterada pela Resolução CFC n.º 1.282/10 que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade em seu Art. 2º, incisos I a VII, diz que:

Art. 2º Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades. ([Redação dada pela Resolução CFC n.º. 1.282/10](#))

Art. 3º São Princípios de Contabilidade: ([Redação dada pela Resolução CFC n.º. 1.282/10](#))

- I) o da ENTIDADE;
- II) o da CONTINUIDADE;
- III) o da OPORTUNIDADE;
- IV) o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- V) o da COMPETÊNCIA; e

VI) o da PRUDÊNCIA.
[\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)

2.6 Exigências de Divulgação dos Demonstrativos Financeiros

Segundo Júnior (2005), organizações do terceiro setor buscam a sua continuidade, assim como reza as bases conceituais da contabilidade para todas as entidades. Para sua sobrevivência, buscam recursos no mercado para financiar suas atividades, que podem, por exemplo, ser obtidos por parceiras com instituições de representação internacional que gerenciam fundos multilaterais de investimento ou através de convênios com os Estados e até por entidades também do terceiro setor de outros países. Além das fundações nacionais e empresas nacionais e internacionais como coloca Bettiol Júnior (2005).

A NBCT ITG 2002, diz que:

28. As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:
- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
 - (c) as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção;
 - (d) as subvenções recebidas pela entidade, à aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
 - (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes destes;
 - (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
 - (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
 - (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - (i) informações sobre os seguros contratados;
 - (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
 - (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil ou econômica;
 - (m) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
 - (n) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas junto aos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos e qualitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;

(o) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor recebido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.(CFC, 2002, p.4).

Para Cunha e Pereira (2012), citam Matias e Pereira (2012),

Instituições, tais como Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização das Nações Unidas (ONU), têm a prática de repassar recursos para financiar projetos sociais (MATIAS-PEREIRA, 2012). A escolha dos projetos e das entidades executoras, a serem contempladas com os recursos, é feita a partir de critérios pré-definidos em cada instituição. Além disso, os executores devem prestar contas sobre seus gastos e resultados dos projetos, afinal, os financiadores necessitam de informações para decidir sobre uma nova concessão de recursos. (Cunha e Pereira, 2012, p. 85).

2.7 Pesquisas Anteriores

Cunha e Pereira (2012) fizeram um estudo sobre a captação de recursos no terceiro setor, o objetivo era verificar até que ponto as informações divulgadas pelas entidades do terceiro setor no Distrito Federal permitiriam encontrar elementos quanto à Eficiência em adquirir recursos aos programas, à Estabilidade Financeira, à quantidade de Informações Disponibilizadas e ao nível de Reputação das organizações sem fins lucrativos, com base na teoria desenvolvida por Trussel e Parson (2008).

Os autores utilizaram a análise fatorial como método e chegaram ao resultado de a pesquisa atende o referencial teórico. Segundo os autores, os resultados afirmam uma relação de que quanto menor a Despesa Total proporcional a cada beneficiário há um aumento do grau de eficiência.

Madeira e Biancardi (2003) enfatizam que o Terceiro Setor é considerado, ao lado do Estado e do setor privado, um importante pivô da sociedade moderna, mesmo as organizações da sociedade civil de caráter público existirem a vários anos, porem não eram reconhecidas como pertencentes a um setor específico da economia.

Segundo os autores essa visibilidade somente repercutiu a partir do início da década de 90 onde estas organizações passaram a ser conceituadas e mensuradas como pertencentes a um setor específico da economia, evidenciando assim sua importância tanto social como econômica.

De acordo com os autores a explicação para tal omissão são várias, mas afirmam que uma dificuldade importante está na metodologia do cálculo das Contas Nacionais, sendo um conceito macroeconômico que segmenta as atividades humanas em agrícolas, industriais e de serviços, onde as organizações da sociedade civil era incluída nesta última classificação, sem nenhuma forma de destaque quanto as suas características próprias. Com a definição do terceiro setor estas entidades passaram a ser caracterizadas.

Diante disto Madeira e Biancardi (2003) elaboraram este texto trazendo as experiências que a Fundação Seade vem desenvolvendo a fim de contribuir para a quantificação e qualificação de informações estatísticas relacionadas ao Terceiro Setor.

Lima e Pereira (2011), enfatizam que o governo brasileiro tem se preocupado com a questão do acesso ao ensino superior, o que provocou o crescimento destas instituições, especialmente daquelas pertencentes ao terceiro setor. Diante de sua importância para o país, observaram que tais organizações possuem características próprias, inclusive no que eles chamam de: nível de disclosure.

Os objetivos dos autores nesse artigo, com base em algumas hipóteses da Teoria da Divulgação, é o de verificar se existe associação entre o nível de disclosure das chamadas Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil - IESFB e algumas de suas características corporativas (tamanho, localização, alavancagem, gratuidade, benefícios fiscais e subvenção).

A metodologia utilizada pelos autores é o estudo descritivo e quantitativo que se desenvolve pela análise de uma amostra de 146 entidades cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com base no estudo de Gordon (2002) para testar as hipóteses estabelecidas, ou seja, um modelo de regressão linear múltipla. Os autores chegaram ao resultado onde os testes demonstraram associações significativas apenas entre os níveis de disclosure e as características corporativas gratuidade e subvenção, não se observando associação entre esses níveis e as demais variáveis. Sendo assim eles observaram que a maioria das IESFB pesquisadas apresentou apenas disclosure obrigatório, o que demonstra a pouca preocupação dessas instituições com o disclosure voluntário.

Reis (2007), foca na questão da responsabilidade social por parte das empresas, que vem sendo questionada impondo assim novos desafios gerenciais aos negócios, evidenciando a preocupação com medidas de enfrentamento para os

problemas sociais, de acordo com ele, já não é mais possível conviver com o paradoxo de importantes inovações tecnológicas, de um lado, e a degradação da vida humana, de outro. Para o autor a responsabilidade social das empresas no Brasil ainda é um desafio, sendo que as intervenções filantrópicas não têm contribuído de maneira eficiente para a melhoria das condições de vida da sociedade e para a transformação da realidade social.

Sendo assim o seu artigo desenvolve uma problematização dessa questão, tendo como foco um conjunto de empresas brasileiras.

Silveira e Borba (2010) O Terceiro Setor surgiu da iniciativa da sociedade diante de necessidades gerais não atendidas pelo Estado. As fundações se desenvolveram nesse ambiente, que têm entre as principais formas de transparência a divulgação das suas demonstrações financeiras e da consequente Evidenciação Contábil.

Este trabalho busca analisar a conformidade das prestações de contas com as normas contábeis estabelecidas das fundações da área de Educação e Pesquisa de Santa Catarina. A pesquisa baseou-se em estudo exploratório de abordagem predominantemente quantitativa. Foi elaborada, a partir das normas contábeis, uma listagem de aspectos relacionados às fundações que foram posteriormente verificados nas prestações de contas. Os dados foram cedidos pelo Ministério Público de Santa Catarina. O trabalho foi realizado com 39 fundações e abrangeu as prestações de contas referentes aos exercícios de 2004, 2005 e 2006. Os resultados foram apresentados por tipo de evidenciação contábil analisado.

No total, foram analisados 2.522 itens em 117 prestações de contas de 39 fundações da área de Educação e Pesquisa. Os resultados sugerem um nível geral de conformidade das demonstrações contábeis de aproximadamente 67%, confirmando a necessidade tanto de se aprimorar a transparência, quanto da conscientização da utilização das normas específicas relacionadas às fundações.

3. METODOLOGIA

Qualquer trabalho científico demanda um método de análise. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, valendo-se de conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. Portanto, mais do que uma exigência formal, o método é, dessa forma, algo que deve auxiliar o pesquisador na busca do conhecimento científico.

3.1 Quanto aos objetivos

A pesquisa é desencadeada a partir do surgimento de um problema que requer uma análise. Conforme Gil (2010) pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. Evidencia-se, assim, a importância da utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos no decorrer deste processo.

Desta forma, esta pesquisa se classifica como exploratória e descritiva. Conforme menciona Vergara (2009), a pesquisa exploratória tem uma natureza de sondagem. A pesquisa descritiva, diz respeito às características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, servindo de base para explicar os fenômenos que descreve.

No procedimento geral desta pesquisa, ela se classifica como bibliográfica. De acordo com Borba (2003), este tipo de pesquisa pode ser realizado de forma independente ou como parte integrante de outra forma de pesquisa. Seu propósito principal consiste em disponibilizar ao pesquisador, informações e conhecimento sobre contribuições científicas existentes referentes ao assunto pesquisado.

3.2 Quanto aos procedimentos

Segundo Yin (2001) o estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos.

Segundo o mesmo autor:

um estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real; os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros e evidentes; e em que múltiplas fontes de evidências são usadas (YIN, 2001, p.23).

De acordo com Gil (2010) existem alguns propósitos aos quais os estudos de caso costumam servir:

a)explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b)descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação;c)explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2010, p. 73).

O grande valor para a técnica de pesquisa de estudo de caso, segundo Good&Hatt (1969) é organizar dados preservando o caráter unitário do objeto social estudado. Yin (2001) afirma que tal metodologia deve ser adotada para explicar ligações causais nas intervenções na vida real, obter informações sobre o contexto ocorrido, fazer uma avaliação, ainda apenas que descritiva e explorar situações onde as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos.

Borba (2003) também enfatiza que a adoção do estudo de caso se justifica sempre que a pesquisa envolver um fenômeno dado em meio natural, estudos de objetos ou domínios para os quais não existem teorias, fenômenos complexos, nos quais os fatores contextuais devem ser analisados, geração da teoria a partir da prática.

De acordo com o estudo em questão, será realizado um estudo de caso, na empresa PUC MINAS, uma vez que a extração das informações será mais acessível, já que o pesquisador trabalhar na empresa analisada.

3.3 Quanto à abordagem do problema

De acordo com Bertucci (2008), existem varias formas de classificar os tipos de pesquisa existentes, cabendo apenas definir a taxonomia que se irá adotar. Em relação à metodologia de pesquisa existem basicamente dois tipos de pesquisa: as pesquisas qualitativas e as pesquisas quantitativas.

A pesquisa quantitativa é empregada para análise mais objetiva, mais fiel e mais exata, quantificando dados para a descrição de um fenômeno (BERTUCCI, 2008).

Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais. Ela pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos participantes.

Devido ao tema proposto, nesse contexto será empregado o método de pesquisa qualitativa, onde abordará a importância das entidades do terceiro setor para a economia brasileira, destacando as normas contábeis aplicadas e a sua importância aos usuários internos e externos.

3.4 Estudo de caso e coleta de dados

O estudo de caso foi estruturado tendo como objetivo analisar os profissionais da PUC Minas, onde serão levantados dados necessários para demonstração da necessidade da contabilidade no setor e a sua transparência.

O instrumento utilizado para a coleta de dados, além da análise documental fornecida pela PUC Minas, será também a realização de entrevistas ao setor contábil.

3.5 Técnica de análise de dados

De acordo com Triviños (1997), a análise de dados é um processo que exige criatividade que demanda rigor intelectual, uma grande quantidade de dificuldades e um trabalho criterioso e muito cuidadoso, afinal as pessoas têm maneiras diferentes de direcionarem seu esforço intelectual e seu trabalho, não existindo apenas uma forma correta para organizar, analisar e interpretar resultados.

Diante disso, Gil (2010) sugere que o pesquisador desenvolva logo no início da pesquisa um quadro de referência teórico com vista em evitar especulações no momento de análise.

A apresentação do resultado será desenvolvida a partir da análise e interpretação das informações fornecidas pela entidade, com intuito de demonstrar

como a contabilidade é utilizada nas empresas de terceiro Setor, focando na utilização dos dados fornecidos com transparência, para melhor entendimento do funcionamento da utilização dos recursos, gastos e desembolsos, para o desenvolvimento e continuação de suas atividades.

4. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso a ser apresentado tem como base os Demonstrativos Contábeis da SMC (Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado, Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) com base nas notas explicativas. Essas Demonstrações foram auditadas pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes.

OS objetivos básicos deste estudo de caso é apresentar, com base legal, a elaboração das Demonstrações Contábeis e a influencia das informações contábeis para manter-se a imunidade tributária e a isenção fiscal, de forma que atenda aos seus diversos usuários.

4.1 Empresa

A empresa peça fundamental deste estudo de caso é a Sociedade Mineira de Cultura (SMC), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, o Colégio Santa Maria e outras instituições, conforme suas Demonstrações Financeiras.

A SMC é uma associação civil de fins não lucrativos Beneficente de assistência Social, com início de suas atividades por volta de 1948, com sede em Belo Horizonte, à Av. Brasil, nº 2079 – 11º andar e registrada sob o CNPJ nº 17.178.195/0001-67.

A SMC tem a incumbência de proporcionar às mantidas a base legal e institucional, bem como apropriadas condições de funcionamento, conforme antevê sua estrutura de funcionamento, certificando os recursos humanos e financeiros satisfatórios ao custeamento das suas atividades.

As informações a seguir formam publicadas no jornal Diário do Comércio, de 29 de abril de 2014.

4.2 Atividades na aérea de Educação

As principais atividades educacionais da entidade compreendem:

a) Ensino básico sendo infantil, fundamental e médio, prestado através dos

Colégios Santa Maria localizados em Belo Horizonte, Contagem, Nova Lima e Betim com 12.013 em 2014 e 11.602 alunos matriculados em 2013;

b) Ensino superior, através da PUC Minas em Belo Horizonte (Coração Eucarístico, São Gabriel e Barreiro), na região metropolitana (contagem, Betim) e no interior de Minas Gerais (Poços de Caldas, Arcos, Serro, Guanhães e Sete Lagoas), com 44.587 alunos matriculados nos cursos de graduação em 2014 e 45.146 em 2013. Nos cursos de pós-graduação são 9.963 alunos matriculados em 2014 entre as modalidades: especialização, mestrado e doutorado – em 2013 eram 8.633.

Ainda no ensino superior, a SMC mantém também o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, que possui três unidades: Academia, Verbo Divino e Arnaldo Janssen - com 2.218 alunos matriculados nos cursos de graduação, e 2.076 em 2013, e 77 alunos matriculados no curso de pós-graduação, em 2013 eram 113.

Em março de 2013, a Sociedade Mineira de Cultura passou a ser mantenedora da Faculdade Católica de Uberlândia. Essa transferência foi autorizada pelo Ministério da Educação no dia 25 de janeiro de 2013 conforme Portaria nº 24. A Faculdade Católica de Uberlândia possui uma unidade com 462 alunos matriculados nos cursos de graduação, sendo em 2013 eram 602, e 33 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, sendo que 2013 eram 320, conforme demonstrado no quadro 1.

Tabela 1 – Alunos Matriculados

Estabelecimento	2013	2014
PUC Minas	53.779	54.550
Graduação	45.146	44.587
Lato-sensu	7.075	8.391
Stricto-sensu	1.558	1.572
Colégio Santa Maria	11.602	12.013
Educação Infantil	1.618	1.710
Ensino Fundamental	8.397	8.597
Ensino Médio	1.587	1.706
CES Juiz de Fora	2.189	2.295
Graduação	2.076	2.218
Stricto-sensu	113	77
Fac. Católica Uberlândia	922	495
Graduação	602	462
Lato-sensu	320	33
Total	68.492	69.353
Ensino à Distância	Dezembro 2013	Dezembro 2014
Graduação	577	496
Lato-sensu	2.956	3.699
Total	3.533	4.195

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

4.3 Atividades na área Assistencial

De acordo com as Notas Explicativas, além das atividades educacionais a SMC também realiza diversos projetos de natureza assistencial voltado para:

- a) Inclusão social;
- b) Relacionamento socioeducativo com diversas comunidades e;
- b) Programas de proteção aos diversos beneficiários da assistência social.

4.4 Resultado Social

A entidade promoveu 33 mil atendimentos no ano de 2014, através de 68 projetos nas áreas de educação, assistência social, concedendo gratuidades no valor total de 134 milhões de reais, como demonstrado na TABELA:

Tabela 2 - Atividades filantrópicas em 2014

Área	Síntese das atividades	Nº Projetos	Nº Atendimentos	Gratuidades em milhares de reais
Educação	Programa institucional de bolsas de estudos.	4	12.887	103.992
	Programa Universidade para Todos – PROUNI	3	4.656	23.467
Assistência Social	Execução de serviços, programas e projetos para os usuários da Política de Assistência Social que se encontra em situação de vulnerabilidade Social, buscando o fortalecimento de vínculos, familiares e comunitários, formação humana e inclusão social de crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e outros.	61	16.174	6.953
TOTAIS		68	33.717	134.412

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

Segundo as Notas Explicativas as bolsas de estudo oferecidas pela entidade foram quantificadas com base na receita abdicada, e as gratuidades dos projetos sociais de educação e assistência social estão demonstradas por meio da apuração dos custos, diretos e indiretos, vinculados à execução do projeto, sendo devidamente amparados e demonstrados nos registros contábeis.

A PUC Minas participa do Programa Universidade para Todos – PROUNI, cujo foco é a concessão de bolsas de estudos a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específicas.

A partir da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, a entidade ficou obrigada a oferecer uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes de ensino superior, e também bolsas parciais, de acordo com os critérios e legislação do PROUNI.

4.5 Patrimônio

Atendendo a ITG 2002, o Balanço Patrimonial apresenta a estrutura adequada para os usuários desta Demonstração Financeira, ver anexos.

Destaca-se que as receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, e outros instrumentos, para aplicação específica, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, separadas das demais contas da entidade, conforme exigências legais.

De acordo com a ITG 2002 e a Lei nº 5.172/66 o superávit apurados a cada exercício são incorporados ao patrimônio líquido.

4.5.1 Convênios

A SMC detém diversos convênios entre entidades públicas e privadas conforme a tabela a seguir:

Tabela 3 - Convênios

Convênios	2014	2013
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais	7.430	7.524
Hyundai CAO A do Brasil Ltda.	1.017	
Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG	872	436
Fundo Nacional de Saúde – FNS	578	622
Ministério da Saúde	370	0
Petróleo Brasileiro S.A.		2.021
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte		373
Outros	801	873
Total	11.068	11.849

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

Desta forma podemos resumir a movimentação de convênios da seguinte forma:

Tabela 4 – Resumo dos Convênios

Entidades Públicas	2013	Entradas	Saídas	Devolução	2014
Órgãos públicos federais	847	440	(244)	(9)	1.034
Órgãos públicos estaduais	52	12	(1)	(31)	32
Órgãos públicos municipais	478	302	(41)	(383)	356
Fundações públicas	7.624	4.687	(4.247)	(584)	7.480
Outras entidades públicas	2.524	2.821	(4.494)	(21)	830
Entidades privadas	324	3.236	(2.224)	-	1.336
Total	11.849	11.498	(11.251)	(1.028)	11.068

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

Podemos perceber que a empresa detém diversas parcerias entre público (municipal, estadual e federal) e privado, ou seja, estes usuários necessitam da transparência destas informações, sendo através delas a aplicação para a aplicação dos recursos investidos na atividade fim da empresa.

4.5.2 Receita Diferida

De acordo com as Notas Explicativas e atendendo a ITG 2002, a Receita Diferida está refletindo o registro de doações patrimoniais e a aquisição de bens com recursos de convênio, em contas segregadas, onde os critérios de reconhecimento na receita, em conformidade com o CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamentais”, ainda não foram atendidas.

Desta forma a receita diferida apresenta se da seguinte forma:

Tabela 5 – Receita Diferida

Receita Diferida	2014	2013
Saldo inicial	14.714	10.123
Diferimento de doações incorporadas ao imobilizado	378	3.439
Diferimento de aquisições de imobilizado com recursos de convênio	5.004	2.462
Diferimento aquisição de intangível com recursos de convênio	175	266
Realização receita de convênios	(1208)	(951)
Realização receita de doações	(845)	(625)
Saldo final	18.218	14.714
Circulante	2.038	1.953
Não circulante	16.180	12.761
Total	18.218	14.714

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

4.6 Demonstrações do Resultado Econômico

Conforme evidenciado em suas Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2014 a entidade apresentou um superávit de 23,2 milhões de reais no ano de 2014, contra um superávit de 15,42 milhões de reais no ano de 2013, sendo que, as receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, pelo regime de competência conforme ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros. Sendo assim chegamos aos valores a seguir:

Tabela 6 – Demonstração do Resultado

Demonstração do superávit em 31 de dezembro	2.014	2.013	Valor R\$
Mensalidade escolar líquida	776.460	703.081	73.379
Bolsas de estudo	(183.536)	(158.542)	(24.994)
Receita de mensalidades líquida	592.924	544.539	48.385
Custos e despesas gerais e administrativas	(605.020)	(579.521)	(25.499)
Receitas e (despesas) financeiras líquidas	6.772	5.241	1.531
Outras receitas operacionais	28.492	45.156	(16.664)
Superávit líquido	23.168	15.415	7.753

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

A Mensalidade líquida de cancelamentos aumentou de 2013 (R\$ 703 milhões) para 2014 (R\$ 776 milhões), tendo como principal fato os reajustes das mensalidades anual e o crescente número de alunos, demonstrado no quadro 1.

Em consequência do aumento da receita de mensalidade líquida e do número de alunos, e atendendo os requisitos da lei 11.096/2005 e a Lei 12.101/2009, aumenta-se o número de bolsas de estudos, e conseqüentemente o seu valor monetário sendo R\$ 158 milhões em 2013 para R\$ 183 milhões em 2014. Podemos perceber que o agravante maior são os custos, dos quais podemos destacar a mão de obra sendo corpo docente, administrativo e geral.

Esta demonstração será base para a concessão de bolsas de estudos, gratuidades, e projetos com base nas exigências legais, transparecendo aos usuários a devida aplicação dos recursos.

4.7 Demonstração do Fluxo de Caixa

A apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa também está em conformidade com a legislação vigente, para atender aos usuários, ver anexos.

O Método de elaboração utilizado é o Indireto, que é definido conforme CPC 03 como o ajuste do lucro líquido ou o prejuízo, no caso das entidades sem finalidades de lucro seria superávit ou déficit do exercício, em função das transações que não envolvem diretamente do caixa, ou seja, variações ocorridas nos estoques, contas a pagar e a receber, depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial e outros itens tratados como fluxo de caixa provenientes das atividades de investimento e financiamento.

Por esta demonstração os usuários poderão identificar a se a entidade detém caixa para arcar com o seus compromissos, como por exemplo, os bancos, ao concederem empréstimos ou promoverem financiamentos, podem recorrer a esta demonstração.

4.8 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL)

A DMPL tem como principal objetivo, demonstrar a movimentação ocorrida no Patrimônio Líquido, visando atender os seus usuários, esta demonstração pode ser vista nos anexos.

De acordo com as Notas explicativas da SMC, podemos destacar na DMPL a Reserva Patrimonial, contabilizada até o exercício findo de 31 de dezembro de 1995, e a Reserva de reavaliação, que são as reavaliações efetuadas pela Sociedade em 2006, e em anos anteriores, esta reserva é transferida para o patrimônio a medida que os bens objetos da realização são realizados , seja por depreciação ou por baixa.

4.9 Quanto a Imunidade

No exercício de 2014, caso a instituição não detivesse a imunidade tributária garantida pela Constituição Federal de 1988, teria que recolher aos cofres públicos, a título de quota patronal da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do

Seguro Social – INSS, o montante de aproximadamente 80 milhões de reais contra 75 milhões em 2013, conforme suas Demonstrações Financeiras de 2014.

Segundo Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, prevê que a instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta do Imposto de Renda - IRPJ; e das contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.(BRASIL, 2005)

4.9.1 Exigências para Imunidade tributária

Para que possa gozar da imunidade tributaria (a SMC está imune de impostos e contribuições sobre a renda, como tomadora de serviço está obrigada as retenções na fonte de impostos e contribuições federais e municipais e alguns casos, estaduais) a entidade tem cumprido todas as exigências legais, nas quais podemos destacar: há não distribuição do lucro, mantem a escrituração contábil, e a aplicação dos recursos integralmente na manutenção da sua atividade.

A entidade beneficente de assistência social também deve observar os requisitos da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009:

I - estar inscrita no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso, nos termos do [art. 9º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#); e

II - integrar o cadastro nacional de entidades e organizações de assistência social de que trata o [inciso XI do art. 19 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#).

§ 1º Quando a entidade de assistência social atuar em mais de um Município ou Estado ou em quaisquer destes e no Distrito Federal, deverá inscrever suas atividades no Conselho de Assistência Social do respectivo Município de atuação ou do Distrito Federal, mediante a apresentação de seu plano ou relatório de atividades e do comprovante de inscrição no Conselho de sua sede ou de onde desenvolva suas principais atividades.

§ 2º Quando não houver Conselho de Assistência Social no Município, as entidades de assistência social dever-se-ão inscrever nos respectivos Conselhos Estaduais. (BRASIL, 2009)

De acordo com as Notas Explicativas é declarado de utilidade pública federal pelo Decreto nº 61.690 de 13 de novembro de 1967. A SMC possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS concedido pelo MEC, sendo sua renovação para o triênio de 2013/2015 protocolada e aguardando análise, segundo notas explicativas.

De acordo com a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, as instituições de ensino estão obrigadas a aplicar um percentual de sua receita anual efetivamente recebida em gratuidades, nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro 1999.

A PUC Minas no exercício de 2014 concedeu percentual de gratuidade 22,98% em relação a sua receita anual efetivamente recebida, que corresponde ao montante de 134 milhões de reais, conforme demonstrado na TABELA a seguir:

Tabela 7 – Gratuidades 2014

Discriminação	2014
Receita anual efetivamente recebida	<u>584.941</u>
. Bolsas de estudos vinculadas ao PROUNI	103.992
. Demais bolsas de estudos	23.467
Subtotal - Bolsa de Estudos	<u>127.459</u>
. Assistência social	6.953
Total	<u>134.412</u>
Percentual de gratuidade concedida	<u>22,98%</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2014 da SMC

Conforme disposto na Lei nº 11.096/2005 e artigo 13 da Lei 12.101/2009, considera a receita anual efetivamente recebida, nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, incluindo aquelas referentes aos anos anteriores, resultantes da inadimplência, em sua integralização.

As bolsas de estudos concedidas a empregados e seus dependentes, não são consideradas, por acordo ou convenção coletiva de trabalho, não considera também bolsas concedidas em percentuais e critérios de renda diferentes dos estabelecidos pela Lei nº 11.096/2005 e Lei 12.101/2009. No exercício de 2014 estas bolsas totalizaram o montante de R\$ 55.776 (2013 – R\$ 49.690).

Atendendo às determinações da Lei nº 11.096/2005, não foram considerados como gratuidade os custos dos projetos sociais decorrentes de obrigações curriculares.

5. CONCLUSÃO

A transparência da informação contábil tem grande importância para as entidades do terceiro setor, visto que a imunidade tributária e a isenção fiscal será concedida pela aplicação dos seus recursos em função das atividades prestadas para a sociedade.

Constitucionalmente a imunidade tributária é uma limitação ao governo em aplicar tributos a certas atividades ou organizações, das quais destacamos as entidades sem fins lucrativos.

Ao longo dos anos o Brasil tem se mostrado ineficaz para atender as necessidades básicas da sociedade. Este cenário é perfeito para as instituições sem fins econômicos. O que podemos perceber com o estudo de caso apresentado é que em troca de imunidade e isenção, o governo transfere a estas entidades a responsabilidade em atender algumas áreas da sociedade que precisam de atenção, em contrapartida por meio de leis a prestação de contas. Por isto estas instituições são tão importantes para a economia, pois geram emprego e promovem o bem social.

Não somente os governos, mas outras instituições também estão interessadas na transparência das informações contábeis destas entidades. Como foi visto nos dados apresentados, instituições privadas também promovem parceria e convênios com estas empresas, mesmo que seja por incentivo fiscal, ou até mesmo para o bem social.

A informação contábil torna se indispensável para o aumento da credibilidade da instituição junto aos seus parceiros, pois além de ser uma exigência legal, a escrituração contábil é um fator determinante de transparência.

Para que as entidades possam atender aos diversos usuários, existem procedimentos legais ao quais as entidades devem estar bem atentas. A contabilidade torna isto possível, aplicando de forma adequada os princípios, regras, leis, decretos e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM IOB. Manual de Procedimentos: Temática Contábil e Balanços. Fascículo 37/2014 – set/2014. p. 4 – 11.

BORBA, Lúcia. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: UFSC, 2003.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação Lato Sensu**. São Paulo: Atlas, 2008. xi, 116 p.

BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. **Gestão financeira das empresas: um modelo dinâmico**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

BRASIL. **Decreto 543, de 18 de julho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm> Acesso em: 13 de abril 2015.

BRASIL. **Lei 8.212 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm> Acesso em: 10 de abril de 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 61.690, de 13 de novembro de 1967**. Declara de utilidade pública a "Sociedade Mineira de Cultura", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61690-13-novembro-1967-402957-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 07 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei 9.870 de 23 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9870.htm> Acesso em: 05 de abril de 2015.

CHEMELLO, Taíse. **O profissional de relação pública atuando no terceiro setor. Universidade de Caxias do Sul (2002)**. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Brasília: 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002. Entidades sem Finalidade de Lucros.** Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409> Acesso em: 18 de agosto de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução Nº 750 de 1993. Dispõe sobre os Princípios de Contabilidade (PC). (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10).** Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1993/000750> Acesso em: 18 de agosto de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução Nº 1.282 de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.** Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282> Acesso em: 18 de agosto de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução Nº 1.409/2012. Aprova a Interpretação ITG 2002. Entidades sem Finalidade de Lucros.** Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2012/001409> Acesso em: 18 de agosto de 2014.

CUNHA, José Humberto da Cruz; PEREIRA, José Matias. **Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações.** ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v.9, n.18, p.83-102, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n18p83>> Acesso em: 17 fev. 2014.

EBSEN, Kamille Simas; LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa;** Revista Contemporânea de Contabilidade a. 01 v. 01 n. 01 jan./jun. 2004 p. 11-28. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/699>> Acesso em 20 de agosto de 2014.

FICHER, Rosa Maria. **Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias Inter setoriais.** Revista Adm, São Paulo, v.40, n.1, p.5-18, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1153> Acesso em: 30 de agosto 2014.

GARBIN, Luciana. **IPEA: 59% das empresas investem no social.** O estado de São Paulo, 16 abr. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xvi, 184 p.

GODOY, Arilda Shmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v.35, n.2 , p.57-63, mar./abr. 1995.

GOODE, W. J; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

LIMA, Emanuel Marcos; PEREIRA, Carlos Alberto- **Apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social**. Revista de Contabilidade e Finanças, vol. 15 n. 36 (2004); Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000300007&script=sci_arttext> Acesso em: 17 de agosto de 2014.

LIMA, Emanuel Marcos; PEREIRA, Carlos Alberto- **Associação entre Índices de Disclosure e Características Corporativas das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil – IESFB**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 5 n. 11 (2011) p. 23-48; Disponível em: < www.rco.usp.br> Acesso em: 17 de agosto de 2014.

LOPES, José Rogério. **Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública**. São Paulo em Perspectiva, vol.18 no.3 São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300007&lang=pt> Acesso em: 30 de agosto 2014.

LOPES, Leandro da Costa. **Um Estudo Multicaso sobre Gestão de Recursos Financeiros em Organizações do Terceiro Setor**. Revista de Contabilidade e Pesquisa, Universidade Federal do Paraná, v.4, n.3, p. 24 a 36, set./dez 2012. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/29835>> acesso em: 25 de agosto de 2014.

MADEIRA, Felícia Reicher; BIANCARDI, Miriam Ribeiro - **O desafio das estatísticas do Terceiro Setor**. São Paulo Perspec. vol.17 no.3-4 São Paulo July/Dec. 2003. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300018> Acesso em 20 de agosto de 2014.

NANUS, Burt; DOBBS, Stephen M. **Liderança para o terceiro setor: estratégias de sucesso para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Futura, 2000. P. 9.

PASSANEZI, Paula Meyer Soares; **A Influência Do Terceiro Setor Para Economia Brasileira; XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba 2010;** <Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0794_0892_01.pdf> Acesso em: 15 de agosto 2014.

PAULA, Cleberson Luiz Santos de, BRASIL, Haroldo Guimarães e MARIO, Poueri do Carmo – **Mensuração do Retorno Social de Organizações Sem Fins Lucrativos por meio do SROI**; Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734x, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, v.20, n.3, p. 127-155, Jul./Set. 2009;

PASSANEZI, Paula Meyer Soares. **A Influência Do Terceiro Setor Para Economia Brasileira**. XIV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e X Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0794_0892_01.pdf. Acesso em: 30 de agosto de 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUCMG). **Padrão PUC Minas de Normalização - normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. Disponível em: http://pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf > acesso em: 10 de março de 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> > Acesso em: 30 de setembro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-do-brasil.pdf> > Acesso em: 30 de setembro de 2014.

REIS, Carlos Nelson dos; **A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?**; *Revista de Economia Contemporânea* v.11 n.2 Rio de Janeiro maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482007000200004&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 15 de agosto 2014.

SILVA, Carlos Eduardo Guerra. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica**. *Revista de Administração Pública*, vol.44 no.6 Rio de Janeiro nov./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000600003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 de agosto 2014.

SILVEIRA Douglas da; BORBA, José Alonso - **Evidenciação Contábil de Fundações Privadas de Educação e Pesquisa: Uma Análise da Conformidade das Demonstrações Contábeis de Entidades de Santa Catarina**. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2010. < Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/815> > Acesso em: 01 de setembro de 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009. 98 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001

ANEXOS A – Balanço Patrimonial

Sociedade Mineira de Cultura Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	15.199	18.898	Fornecedores	8.494	10.292
Contas a receber	45.873	47.062	Empréstimos e financiamentos	13.171	16.555
Adiantamentos	28.713	26.602	Obrigações fiscais e trabalhistas	54.129	51.214
Demais contas a receber	5.254	3.376	Adiantamentos de clientes	29.305	29.763
	<u>95.039</u>	<u>95.938</u>	Convênios	11.068	11.849
			Receita diferida	2.038	1.953
Não circulante mantido para venda	4.547	4.577	Demais contas e despesas a pagar	3.493	4.368
				<u>121.698</u>	<u>125.994</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	895	9.664
Títulos a receber	4.050	4.360	Títulos a pagar	3.783	3.783
Adiantamentos a entidades afins	28.217	27.394	Provisão para contingências	13.775	12.200
Depósitos judiciais	2.743	965	Receita diferida	16.180	12.761
				<u>34.633</u>	<u>38.408</u>
Propriedades para investimento	14.015	13.990	Patrimônio líquido		
Imobilizado	311.859	299.668	Patrimônio social	161.349	136.816
Intangível	4.174	2.655	Reserva patrimonial	5.729	5.729
	<u>365.058</u>	<u>349.032</u>	Reserva de reavaliação	141.235	142.600
				<u>308.313</u>	<u>285.145</u>
Total do ativo	<u>464.644</u>	<u>449.547</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>464.644</u>	<u>449.547</u>

ANEXO B – Demonstração do Resultado Abrangente

Sociedade Mineira de Cultura
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2014	2013
Receita bruta de serviços e doações		
Contribuições escolares	824.591	745.954
Receitas de serviços	14.148	12.875
Convênios	7.280	8.476
Receitas de atividades afins	372	571
Doações	1.283	5.162
	847.674	773.038
 Deduções da receita bruta		
Bolsas de estudo	(183.536)	(158.542)
Serviços cancelados	(48.131)	(42.873)
	616.007	571.623
 Receita líquida de serviços e doações	616.007	571.623
Custos dos serviços prestados	(445.080)	(421.023)
Custos dos programas sociais gratuitos	(6.953)	(5.961)
	163.974	144.639
 Superávit operacional bruto	163.974	144.639
 Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(148.980)	(141.426)
Outras despesas operacionais	(4.007)	(11.111)
Outras receitas operacionais	5.409	18.072
	16.396	10.174
 Superávit operacional	16.396	10.174
 Despesas financeiras	(5.324)	(6.214)
Receitas financeiras	12.096	11.455
	6.772	5.241
 Receitas (despesas) financeiras, líquidas	6.772	5.241
 Superávit do exercício	23.168	15.415
	2014	2013
 Total do resultado abrangente do exercício	23.168	15.415

ANEXO C – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Sociedade Mineira de Cultura
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reserva patrimonial</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012	120.030	5.729	143.971	269.730
Superávit do exercício	15.415			15.415
Realização da reserva de reavaliação	<u>1.371</u>		<u>(1.371)</u>	
Em 31 de dezembro de 2013	<u>136.816</u>	<u>5.729</u>	<u>142.600</u>	<u>285.145</u>
Superávit do exercício	23.168			23.168
Realização da reserva de reavaliação	<u>1.365</u>		<u>(1.365)</u>	
Em 31 de dezembro de 2014	<u><u>161.349</u></u>	<u><u>5.729</u></u>	<u><u>141.235</u></u>	<u><u>308.313</u></u>

ANEXO D – Demonstração dos fluxos de caixa

Sociedade Mineira de Cultura
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	23.168	15.415
Ajustes		
Depreciação e amortização	17.045	14.965
Perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e ativo não circulante mantido para venda	(148)	(14.365)
Reconhecimento receita diferida	(2.053)	(1.576)
Juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, constituição (reversão) de provisões	13.769	21.465
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(5.737)	(17.118)
Adiantamentos	(2.111)	(1.810)
Demais contas a receber	(1.980)	1.663
Depósitos judiciais	(1.778)	(210)
Fornecedores	(1.798)	1.844
Obrigações fiscais e trabalhistas	2.915	4.634
Adiantamento de clientes	(458)	6.706
Convênios	(781)	(168)
Receita diferida	5.179	2.728
Outros passivos	(3.307)	(2.602)
Caixa gerado nas operações	41.925	31.571
Juros pagos	(2.820)	(7.547)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	39.105	24.024
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de propriedades para investimento	(7)	(2)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(28.286)	(23.329)
Aquisição de bens do intangível	(2.334)	(1.785)
Recebimento na venda de ativo mantido para venda	259	29.206
Recebimento de adiantamentos a entidades afins	(823)	(357)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(31.191)	3.733
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	(27.363)	(30.477)
Ingresso de empréstimos	15.750	2.756
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.613)	(27.721)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3.699)	36
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.898	18.862
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.199	18.898
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(3.699)	36

ANEXO E – Demonstração do Valor Adicionado

Sociedade Mineira de Cultura
Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2014	2013
Receitas		
Contribuição escolar	776.460	703.081
Convênios	7.280	8.476
Doações	1.283	5.162
Outras receitas	19.929	31.518
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.625)	(9.063)
	795.327	739.174
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(94.288)	(91.383)
Provisão para contingências	(4.007)	(11.111)
Valor adicionado bruto	697.032	636.680
Depreciação e amortização	(17.045)	(14.965)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	679.987	621.715
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.096	11.455
Valor adicionado total a distribuir	692.083	633.170
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Salários e encargos	458.958	434.401
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	22	58
Estaduais	65	42
Municipais	91	68
Financiadores		
Juros e variações cambiais	5.324	6.214
Aluguéis	16.318	14.761
Comunidade		
Bolsas de estudo – Programa Universidade para Todos	103.992	87.636
Demais bolsas de estudo	79.544	70.906
Repasse convênio projetos sociais	4.601	3.669
Superávit do exercício	23.168	15.415
Valor adicionado distribuído	692.083	633.170